



Processo nº: 0007948-84.2024.8.16.7000

Fiscalização

Serventia Correcionada: VARA CRIMINAL E ANEXOS DE MATINHOS -
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

DADOS GERAIS

| QUESTÃO / RESPOSTA |
|--|
| 1INFORMAÇÕES GERAIS |
| 1.1Juiz Titular//Juíza Titular: Nome do Funcionário/Servidor: Ricardo José Lopes Data de Assunção do Funcionário/Servidor: 2008-04-17 00:00:00.0 |
| 1.1.1Data em que assumiu: 2014-04-22 00:00:00.0 |
| 1.2Juiz Anterior//Juíza Anterior: Nome do Funcionário/Servidor: RODRIGO BRUM LOPES Data de Assunção do Funcionário /Servidor: 1995-09-25 00:00:00.0 |
| 1.3Juiz Substituto//Juíza Substituta Nome do Funcionário/Servidor: ANDREI JOSE DE CAMPOS Data de Assunção do Funcionário /Servidor: 2022-07-29 00:00:00.0 |
| 1.3.1Data em que assumiu: 2023-09-01 00:00:00.0 |
| 2QUADRO FUNCIONAL DA SECRETARIA |
| 2.1Chefe de Secretaria//Escrivão//Escrivã: |



Nome do Funcionário/Servidor: DARIO JAITHER GONÇALVES DE OLIVEIRA **Data de Assunção do Funcionário/Servidor:** 2006-08-30 00:00:00.0

2.2Relação de Analistas Judiciários:

2.3Relação de Técnicos//Técnicas Judiciários:

2.4Relação de Técnicos//Técnicas de Secretaria:

2.5Relação de Estagiários//Estagiárias:

2.6Relação de Funcionários//Funcionárias de Outros Órgãos (Cedidos):

2.7Relação de Funcionários//Funcionárias (Escrivania privada):

2.8O quadro funcional da Secretaria//Escrivania é adequado?

Sim

3QUADRO FUNCIONAL DO GABINETE DO MAGISTRADO

3.1Relação de Assistentes:

3.2Relação de Estagiários//Estagiárias:

3.3Relação de outros Servidores//Servidoras:

4CONCLUSÕES FINAIS

Observações

Determinações Gerais

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

QUESTÃO / RESPOSTA



| |
|--|
| 1 ESTATISTICAS DA UNIDADE (na data da correição) |
| 1.1 Quantidade de processos ATIVOS: 1729 |
| 1.2 Quantidade de processos ARQUIVADOS: 9221 |
| 1.3 Quantidade de processos em INSTÂNCIA SUPERIOR: 87 |
| 1.4 Quantidade de processos SUSPENSOS: 55 |
| 1.5 Quantidade de processos em REMESSA (exceto processos conclusos): 13 |
| 1.6 Os processos remetidos estão dentro do prazo legal? Não Determinação / Recomendação: Identificaramse 17 processos remetidos ao contador com prazo excessivo, o mais antigo remetido em 19/03/2024 (0000628- 96. 2009. 8. 16. 0116). A Secretaria deverá providenciar a cobrança dos processos em carga com prazo excedido. |
| 1.7 Processos paralisados há mais de 30 dias (art. 208 do Código de Normas): A situação da Unidade está regular? Sim |
| 1.8 Processos aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias (art. 228 do Código de Processo Civil): A situação da Unidade está regular? Sim |
| 1.9A Unidade utiliza, prioritariamente, os modelos disponibilizados pelo Gesprijud, nos termos do art. 171 do Código de Normas? Não Determinação / Recomendação: Conforme consta no art. 171 do CNFJ, orienta-se a Secretaria a utilizar, prioritariamente, os modelos de atos elaborados pelo GESPRIJUD Programa de Gestão Priorizada no 1º Grau de Jurisdição, disponíveis para uso no próprio Projudi. |
| 2 CITAÇÕES E INTIMAÇÕES: (na data da correição) |
| 2.1 Análises de Decurso de Prazo: A situação da unidade está regular? Sim |



| |
|---|
| 2.2Expedições: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 3ANÁLISE DE JUNTADA:(na data da correição) |
| 3.1Juntadas para analisar: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 3.2Retorno de Conclusão: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 3.3Mandados Aguardando Análise de Retorno: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 3.4Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 4OUTROS CUMPRIMENTOS:(na data da correição) |
| 4.1A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 5CARTAS PRECATÓRIAS:(na data da correição) |
| 5.1As Cartas Precatórias ENVIADAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| 5.2As Cartas Precatórias RECEBIDAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| 6AUDIÊNCIAS: (período sob correição) |
| 6.1TOTAL REALIZADAS |
| 2433 |
| 6.2CANCELADAS |
| 784 |
| 6.3NEGATIVAS |
| 0 |
| 6.4REDESIGNADAS |
| 101 |



| |
|---|
| 6.5 TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS |
| 5708 |
| 7 ANÁLISE DAS SUSPEITAS DE PREVENÇÃO: |
| 7.1A unidade efetua regularmente a análise das Suspeitas de Prevenção? |
| Sim |
| 8 ANÁLISE DE CONCLUSÕES: |
| 8.1 Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Togado na data da correição? |
| 358 |
| 8.2 Qual a data da conclusão mais antiga: |
| 27/03/2024 |
| 8.3 Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Leigo na data da correição? |
| 42 |
| 8.4 Os processos conclusos ao Juiz Leigo estão dentro do prazo previsto no art. 64 da Resolução 09//2019 CJES? |
| Não |
| Determinação / Recomendação: |
| No que tange aos trabalhos desempenhados pelos Juízes Leigos, deve ser observado o prazo máximo para a devolução dos processos conclusos, conforme o disposto no artigo 64 da Resolução nº 09/2019CSJEs. Em caso de descumprimento, deve ser aplicado o § 3º do citado artigo ou o artigo 471 do Código de Normas do Foro Judicial. Isso porque, dos 42 autos conclusos com juízes leigos, o mais antigo data de 15/03/2024 (0006163- 54. 2019. 8. 16. 0116), além do prazo legal. Regularizar ou justificar. |
| 9 SUSPENSÕES DE PROCESSOS: |
| 9.1A Unidade utiliza a ferramenta de Suspensão de Processos regularmente? |
| Sim |
| 9.2 É realizado o correto cadastramento das movimentações processuais//suspensão em casos de sobrestamento de processos por força do microsistema dos repetitivos, conforme definido no art. 193, parágrafo único, do CNFJ? |
| Sim |
| 9.3 É realizada a reativação do andamento processual dos processos sobrestados quando noticiado o julgamento de IRDR, IAC, GR, RG ou RR, ou revogada a determinação de suspensão? |
| Não |



Determinação / Recomendação:

Da análise dos expedientes suspensos por tempo determinado, verificou-se que: os autos 0002697-52. 2019. 8. 16. 0116, 0005523- 80. 2021. 8. 16. 0116 0001095- 65. 2015. 8. 16. 0116 e 0006276-37. 2021. 8. 16. 0116 já podem retornar da suspensão, uma vez que suas causas suspensivas já não mais persistem. Ainda, orienta-se a Secretaria que nestes e em situações similares, pode-se fazer uso da "suspensão sem prazo determinado", a fim de evitar múltiplas renovações de prazo, somente sendo necessária a revisão periódica dos expedientes para evitar paralisações indevidas. Regularizar ou justificar. Ainda, os autos 0002083- 42. 2022. 8. 16. 0116 já retornaram a tramitar; no entanto, não foi realizada a baixa da suspensão. Regularizar.

9.4A Unidade mantém regular controle do campo ?arquivados sem baixa??

Sim

10DEPÓSITOS JUDICIAIS:

10.1Nos processos analisados por amostragem, verificouse que a Unidade efetua as anotações dos depósitos e suas intercorrências regularmente no PROJUDI?

Sim

11ALVARÁS JUDICIAIS:

11.1Os alvarás ordenados que estão aguardando expedição estão regulares?

Sim

12DEMAIS CONSTATAÇÕES:

12.1Todos os expedientes em trâmite na Secretaria estão no Projudi?

Sim

12.2Utiliza a ferramenta agrupador e localizador para melhor movimentação processual, com observância ao contido no OfícioCircular 08//2012, que veda a utilização de localizadores //agrupadores no sistema com a finalidade de aguardar a conclusão de processos ao Magistrado.

Sim

13ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM

a)O cumprimento das decisões judiciais é realizado dentro do prazo de 5 (cinco) dias, conforme determina o art. 228 do Código de Processo Civil?

Sim

b)A análise de juntadas é realizada no prazo de 5 (cinco) dias?

Sim



| |
|--|
| c)As intimações aos procuradores das partes são realizadas no prazo de 5 (cinco) dias? Sim |
| d)As decisões com tutela de urgência são cumpridas em prazo adequado pela Secretaria? Sim |
| e)As conclusões ao(à) Magistrado(a) (art. 207 do Código de Normas) são realizadas diariamente? Sim |
| f)A Secretaria intima as partes para, querendo, proceder à execução da sentença? (art. 52, IV da L9.099/95) Sim |
| g) Promove a Secretaria as medidas necessárias envolvendo a cobrança das custas processuais quando necessário? Não Determinação / Recomendação: Identificouse, a partir da análise dos processos nº 0001741- 94. 2023. 8. 16. 0116, 0000354- 44. 2023. 8. 16. 0116 e 0007790- 88. 2022. 8. 16. 0116 a inobservância da Secretaria do procedimento para a cobrança das custas relativas à ausência do autor à audiência (Instrução Normativa nº 1 /2015, arts. 19 e seguintes. Regularizar e observar maior cautela doravante. |
| h)O acesso aos projetos de sentença de juízes leigos não homologados são desabilitados pela Secretaria? Sim |
| 14CONCLUSÕES FINAIS |
| Observações |
| Determinações Gerais |

JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

| QUESTÃO / RESPOSTA |
|--|
| 1ESTATÍSTICAS DA UNIDADE (na data da correição) |
| 1.1Quantidade de processos ATIVOS: 143 |
| 1.2Quantidade de processos ARQUIVADOS: 534 |



| |
|---|
| 1.3Quantidade de processos em INSTÂNCIA SUPERIOR: |
| 48 |
| 1.4Quantidade de processos SUSPENSOS: |
| 2 |
| 1.5Quantidade de processos em REMESSA (exceto processos conclusos): |
| 0 |
| 1.6Os processos remetidos estão dentro do prazo legal? |
| Sim |
| 1.7Processos paralisados há mais de 30 dias (art. 208 do Código de Normas): A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 1.8Processos aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias (art. 228 do Código de Processo Civil): A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 1.9A Unidade utiliza, prioritariamente, os modelos disponibilizados pelo Gesprijud, nos termos do art. 171 do Código de Normas? |
| Não |
| Determinação / Recomendação: |
| Vide o item 1. 9 referente ao Juizado Cível. |
| 2CITAÇÕES E INTIMAÇÕES: (na data da correição) |
| |
| 2.1Análises de Decurso de Prazo: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 2.2Expedições: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 3ANÁLISE DE JUNTADA:(na data da correição) |
| |
| 3.1Juntadas para analisar: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 3.2Retorno de Conclusão: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 3.3Mandados Aguardando Análise de Retorno: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |



| |
|--|
| 3.4 Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 4 OUTROS CUMPRIMENTOS:(na data da correição) |
| |
| 4.1A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 5 CARTAS PRECATÓRIAS:(na data da correição) |
| |
| 5.1 As Cartas Precatórias ENVIADAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| 5.2 As Cartas Precatórias RECEBIDAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| 6 AUDIÊNCIAS: (período sob correição) |
| |
| 6.1 TOTAL REALIZADAS |
| 60 |
| 6.2 CANCELADAS |
| 17 |
| 6.3 NEGATIVAS |
| 0 |
| 6.4 REDESIGNADAS |
| 10 |
| 6.5 TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS |
| 176 |
| 7 ANÁLISE DAS SUSPEITAS DE PREVENÇÃO: |
| |
| 7.1A unidade efetua regularmente a análise das Suspeitas de Prevenção? |
| Sim |
| 8 ANÁLISE DE CONCLUSÕES: |
| |
| 8.1 Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Togado na data da correição? |
| 45 |



| |
|--|
| |
| 8.2Qual a data da conclusão mais antiga: 08/02/2024 |
| |
| 8.3Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Leigo na data da correição? 16 |
| |
| 8.4Os processos conclusos ao Juiz Leigo estão dentro do prazo previsto no art. 64 da Resolução 09//2019 CJES? Não |
| Determinação / Recomendação: No que tange aos trabalhos desempenhados pelos Juizes Leigos, deve ser observado o prazo máximo para a devolução dos processos conclusos, conforme o disposto no artigo 64 da Resolução nº 09/2019CSJEs. Em caso de descumprimento, deve ser aplicado o § 3º do citado artigo ou o artigo 471 do Código de Normas do Foro Judicial. Isso porque, dos 16 autos conclusos com juizes leigos, o mais antigo data de 08/02/2024 (0005860- 40. 2019. 8. 16. 0116), muito além do prazo legal. Regularizar ou justificar. |
| |
| 9SUSPENSÕES DE PROCESSOS: |
| |
| 9.1A Unidade utiliza a ferramenta de Suspensão de Processos regularmente? Sim |
| |
| 9.2É realizado o correto cadastramento das movimentações processuais//suspensão em casos de sobrestamento de processos por força do microsistema dos repetitivos, conforme definido no art. 193, parágrafo único, do CNFJ? Sim |
| |
| 9.3É realizada a reativação do andamento processual dos processos sobrestados quando noticiado o julgamento de IRDR, IAC, GR, RG ou RR, ou revogada a determinação de suspensão? Sim |
| |
| 9.4A Unidade mantém regular controle do campo ?arquivados sem baixa?? Sim |
| |
| 10DEPÓSITOS JUDICIAIS: |
| |
| 10.1Nos processos analisados por amostragem, verificouse que a Unidade efetua as anotações dos depósitos e suas intercorrências regularmente no PROJUDI? Sim |
| |
| 11ALVARÁS JUDICIAIS: |
| |
| 11.1Os alvarás ordenados que estão aguardando expedição estão regulares? |



| |
|--|
| Sim |
| 12DEMAIS CONSTATAÇÕES: |
| |
| 12.1Todos os expedientes em trâmite na Secretaria estão no Projudi? |
| Sim |
| |
| 12.2Utiliza a ferramenta agrupador e localizador para melhor movimentação processual, com observância ao contido no OfícioCircular 08//2012, que veda a utilização de localizadores //agrupadores no sistema com a finalidade de aguardar a conclusão de processos ao Magistrado. |
| Sim |
| |
| 13ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM |
| |
| a)O cumprimento das decisões judiciais é realizado dentro do prazo de 5 (cinco) dias, conforme determina o art. 228 do Código de Processo Civil? |
| Sim |
| |
| b)A análise de juntadas é realizada em prazo médio de 5 (cinco) dias? |
| Sim |
| |
| c)As intimações aos procuradores das partes são realizadas em até 24 horas? |
| Sim |
| |
| d)As decisões com tutela de urgência são cumpridas em prazo adequado pela Secretaria? |
| Sim |
| |
| e)As conclusões ao(à) Magistrado(a) (art. 207 do Código de Normas) são realizadas diariamente? |
| Sim |
| |
| f)A Secretaria observa o contido nos Decretos 382//2020 e 86//2024? |
| Sim |
| |
| g)Promove a Secretaria as medidas necessárias envolvendo a cobrança das custas processuais quando necessário? |
| Sim com Observação |
| Determinação / Recomendação: |
| Regularizar tramitação dos autos 0005169- 60. 2018. 8. 16. 0116. |
| |
| h)O acesso aos projetos de sentença de juízes leigos não homologados são desabilitados pela Secretaria? |
| Sim |
| |
| |



14 CONCLUSÕES FINAIS

Observações

Quando averbada suspeição ou impedimento pela Magistrada, deve ser observado o CNFJ, 175.

Determinações Gerais

A partir da correição presencial/virtual realizada na Comarca de - - - - - , foi possível observar alguns pontos de imperfeições nos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria do Juizado Especial da Fazenda Pública, os quais carecem de redobro na atenção.

Nesse sentido, podemos apontar os processos remetidos com o prazo exaurido, os paralisados por mais de 30 (trinta) dias e aqueles que estão aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 (cinco) dias; as citações, as intimações e os alvarás que estão aguardando análise do decurso de prazo ou expedição por longos períodos; as juntadas para realizar, os retornos de conclusão e os mandados que pendem de exame do retorno.

- Devem ser consultados com maior frequência os relatórios das cartas precatórias e dos processos que estão com suspeitas de prevenção, bem como os alertas emitidos na aba Outros Cumprimentos.

- Fiscalizar o prazo de devolução dos autos conclusos aos Juízes Leigos, aplicando sempre que necessário o §3º do artigo 64 da Resolução nº 09/2019- CSJEs.

- Acautelar-se na suspensão dos processos, visto que tal ferramenta somente pode ser utilizada quando houver portaria ou manifestação judicial autorizando.

- Em se tratando dos depósitos judiciais, atentar-se de modo que sejam todos registrados no sistema, inclusive, os respectivos levantamentos.

- Com relação aos autos existentes ainda em feio físico, promover a sua digitalização, conforme estabelecido no Código de Normas.

- Diligenciar a fim de dar integral cumprimento ao disposto na Instrução Normativa nº 1/2017, que trata da necessidade de utilização do aplicativo WhatsApp para realizar as intimações das partes.

- No mais, a Secretaria deve atuar com total observância ao texto do Ofício- Circular nº 08/2012, pois esse veda, terminantemente, a prática de criar localizadores no sistema para aguardar a conclusão ou a remessa dos processos.

JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

QUESTÃO / RESPOSTA

1 ESTATÍSTICAS DA UNIDADE (na data da correição)

1.1 Quantidade de processos ATIVOS:

687

1.2 Quantidade de processos ARQUIVADOS:

11225



| |
|--|
| 1.3Quantidade de processos em INSTÂNCIA SUPERIOR: 4 |
| 1.4Quantidade de processos SUSPENSOS: 2 |
| 1.5Quantidade de processos em REMESSA (exceto processos conclusos): 2 |
| 1.6Os processos remetidos estão dentro do prazo legal? Sim |
| 1.7Processos paralisados há mais de 30 dias (art. 208 do Código de Normas): A situação da Unidade está regular? Sim |
| 1.8Processos aguardando cumprimento de determinação judicial há mais de 5 dias (art. 228 do Código de Processo Civil): A situação da Unidade está regular? Sim |
| 1.9A Unidade utiliza, prioritariamente, os modelos disponibilizados pelo Gesprijud, nos termos do art. 171 do Código de Normas? Não Determinação / Recomendação: Vide o item 1. 9 referente ao Juizado Cível. |
| 2CITAÇÕES E INTIMAÇÕES: (na data da correição) |
| 2.1Análises de Decurso de Prazo: A situação da unidade está regular? Sim |
| 2.2Expedições: A situação da unidade está regular? Sim |
| 3ANÁLISE DE JUNTADA:(na data da correição) |
| 3.1Juntadas para analisar: A situação da Unidade está regular? Não Determinação / Recomendação: Há 59 análises de juntadas pendentes, a mais antiga desde 28/03/2024 (0001871- 89. 2020. 8. 16. 0116). Regularizar ou justificar. |
| 3.2Retorno de Conclusão: A situação da Unidade está regular? |



| |
|--|
| Sim |
| 3.3Mandados Aguardando Análise de Retorno: A situação da Unidade está regular? |
| Sim |
| 3.4Cartas Eletrônicas aguardando análise de retorno: A situação da unidade está regular? |
| Sim |
| 4OUTROS CUMPRIMENTOS:(na data da correição) |
| 4.1A situação da unidade está regular? |
| Não |
| Determinação / Recomendação: |
| Há 20 agendamentos de audiências preliminares pendentes, a mais antiga desde 22/03/2024 (0008129- 47. 2022. 8. 16. 0116). Nos autos, há certidão da Secretaria informando que o atraso se deve pelo número reduzido de servidores. Regularizar, sendo esse um dos momentos mais decisivos para êxito na atuação do Juizado Especial Criminal. Quanto mais tempo, a partir do fato, demorar a audiência, menor a probabilidade de comparecimento do suposto infrator. |
| 5CARTAS PRECATÓRIAS:(na data da correição) |
| 5.1As Cartas Precatórias ENVIADAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| 5.2As Cartas Precatórias RECEBIDAS estão dentro do prazo? |
| Sim |
| 6AUDIÊNCIAS: (período sob correição) |
| 6.1TOTAL REALIZADAS |
| 1281 |
| 6.2CANCELADAS |
| 602 |
| 6.3NEGATIVAS |
| 0 |
| 6.4REDESIGNADAS |
| 51 |
| 6.5TOTAL DE PESSOAS OUVIDAS |
| 1546 |



7ANÁLISE DAS SUSPEITAS DE PREVENÇÃO:

7.1A unidade efetua regularmente a análise das Suspeitas de Prevenção?

Sim

8ANÁLISE DE CONCLUSÕES:

8.1Quantos processos encontramse conclusos ao Juiz Togado na data da correição?

229

8.2Qual a data da conclusão mais antiga:

14/02/2024

9SUSPENSÕES DE PROCESSOS:

9.1A Unidade utiliza a ferramenta de Suspensão de Processos regularmente?

Sim

9.2A Unidade mantém regular controle do campo ?arquivados sem baixa??

Sim

10DEPÓSITOS JUDICIAIS:

10.1Nos processos analisados por amostragem, verificouse que a Unidade efetua as anotações dos depósitos e suas intercorrências regularmente no PROJUDI?

Sim

11ALVARÁS JUDICIAIS:

11.1Os alvarás ordenados que estão aguardando expedição estão regulares?

Sim

12TRANSAÇÕES PENAIS, BENEFÍCIOS, SUSPENSÕES CONDICIONAIS DO PROCESSO

12.1Todas as transações penais, suspensões condicionais (art. 89 da Lei nº 9.099//95), entre outras medidas, estão cadastradas no processo?

Sim

12.2O controle das apresentações é feito exclusivamente no PROJUDI, com a vinculação dos termos de comparecimentos individualizados assinados pelos réus?

Sim



| |
|--|
| 12.3 Extraído o relatório, não constam atrasos ou medidas sem cumprimentos gerados? Sim |
| 13 APREENSÕES |
| 13.1 Todas as apreensões, inclusive as substâncias entorpecentes e explosivas, estão cadastradas de forma completa e individualizada no sistema PROJUDI, independentemente dos bens não terem sido encaminhados ao Juízo? Sim |
| 13.2 Todas as apreensões à disposição do Juízo estão identificadas com etiquetas emitidas pelo PROJUDI, devidamente fixadas de forma a prevenir deteriorações ou perdas de informações? Sim |
| 13.5 Há análise e determinação acerca da destinação dos bens apreendidos? Sim com Observação Determinação / Recomendação: Quanto às determinações de incineração, a Secretaria deve observar o contido no art. 1012 do CNFJ, no sentido do arquivamento dos autos quando da ciência da Autoridade Policial acerca da respectiva decisão, sendo desnecessário aguardar a comunicação de efetiva destruição. Neste mesmo sentido, nos casos de destinação que demorem mais do que 10 dias, reforça-se o procedimento do art. 1006 do CNFJ. |
| 13.6 No cadastro das apreensões, a Unidade correicionada procede a vinculação dos documentos inerentes, bem como realiza o cadastro no SNGB, conforme determina o Código de Normas? Não Determinação / Recomendação: Conforme informações extraídas pelo BI - SNGB, do CNJ, a Unidade não possui nenhum cadastro no SNGB. Regularizar. O SNGB deve ser utilizado, na forma do art. 930 do CNFJ, com o cadastramento de todas as apreensões ativas à disposição do juízo, excetuando-se aquelas que já tenham determinação de destinação. Quanto ao SNBA, deve a Secretaria realizar as baixas de eventuais apreensões que lá ainda estejam ativas, na medida em que for possível fazê-las. |
| 14 DEMAIS CONSTATAÇÕES: |
| 14.1 Todos os expedientes em trâmite na Secretaria estão no Projudi? Sim |
| 14.2 Utiliza a ferramenta agrupador e localizador para melhor movimentação processual, |



com observância ao contido no OfícioCircular 08//2012, que veda a utilização de localizadores//agrupadores no sistema com a finalidade de aguardar a conclusão de processos ao Magistrado.

Sim

15ANÁLISE PROCESSUAL POR AMOSTRAGEM

a)O cumprimento das decisões judiciais é realizado dentro do prazo de 5 (cinco) dias, conforme determina o art. 228 do Código de Processo Civil?

Sim

b)A análise de juntadas é realizada em prazo médio de 5 (cinco) dias?

Sim

c)As intimações aos procuradores das partes são realizadas em até 24 horas?

Sim

d)As conclusões ao(à) Magistrado(a) (art. 207 do Código de Normas) são realizadas diariamente?

Sim

e)As vítimas são intimadas das decisões do processo, inclusive daquelas que aplicam o art. 89 da L9099//95? (art. 201, §2º do CPP)

Sim

f)Promove a Secretaria as medidas necessárias envolvendo a cobrança das custas processuais quando necessário?

Sim

g)Na tramitação dos Termos Circunstanciados, a Secretaria observa o disposto na IN 126 //2022 e arts. 1068 e ss. do CNFJ, sobretudo possibilitando a utilização da ferramenta do Procedimento Investigatório (art. 1069 do CNFJ)?

Não

Determinação / Recomendação:

Da análise dos autos 0000848- 69. 2024. 8. 16. 0116 e 0000848- 69. 2024. 8. 16. 0116, denotou-se que a Secretaria utiliza a "remessa - procedimento investigatório", ao Ministério Público, em casos alheios aos pedidos de diligência probatória à Delegacia. Assim, deve- se adequar o procedimento em consonância com o disposto na normativa deste item. Mais informações em <https://sway.office.com/3yUTllpCvTBr89sc>

16CONCLUSÕES FINAIS

Observações

Determinações Gerais



APONTAMENTOS FINAIS

Determinações:

1. UNIDADE JUDICIÁRIA:

I. Registre-se, inicialmente, que os dados coletados para o levantamento desta Correição Extraordinária foram extraídos do Projudi em 03/05/2024.

A Unidade Judiciária apresenta, considerando o volume de trabalho, positiva gestão processual e funcional, conforme identificado pela análise geral e por amostragem.

Essa situação indica considerável melhora se comparada com aquela constatada na última Correição-Geral Ordinária realizada na Secretaria, em 18/07/2023, sobretudo em relação à celeridade nos cumprimentos e movimentações processuais.

Alguns números da produtividade durante o período correicionado:

- a) Intimações postadas pela Secretaria: 1167 (Jecrim); 21588 (Jeciv); 3243 (Jefaz).
- b) OFÍCIO expedido pela Secretaria: 83 (Jecrim); 112 (Jeciv); 7 (Jefaz).
- c) MANDADO expedido pela Secretaria: 1704 (Jecrim); 3512 (Jeciv); 61 (Jefaz).
- d) Análises de juntada realizadas pela Secretaria: 21830 (Jecrim); 36926 (Jeciv); 4658 (Jefaz).
- e) Retornos de conclusão analisados: 5129 (Jecrim); 11478 (Jeciv); 1955 (Jefaz).
- f) Processos distribuídos: 2052 (Jecrim); 2046 (Jeciv); 213 (Jefaz).
- g) Processos arquivados (definitivos): 3248 (Jecrim); 2291 (Jeciv); 218 (Jefaz).

A Secretaria deve se atentar aos prazos legais de cumprimento de diligências, precipuamente no que tange ao agendamento de audiências preliminares, análises de juntadas e do efetivo controle dos processos suspensos.

Ainda, tendo em vista o contido na Instrução Normativa 73/2021- CGJ e no atual Código de Normas (arts. 216 e ss.), deve-se atentar às possibilidades de medidas alternativas de cumprimento de diligências por meios digitais.

Conforme consta no Anexo C, a Serventia possui 6 (seis) funcionários (com o Chefe de Secretaria e a supervisora comissionada pura).

O Decreto Judiciário nº 761/2017, que dispõe sobre a estruturação da Unidades Judiciárias estatizadas de 1º Grau, estabelece os parâmetros quantitativos sobre a força de trabalho necessária ao bom andamento dos serviços judiciários.

Com efeito, o Quadro II do Anexo I do referido diploma legal prevê, como paradigma, a lotação de 4



(quatro) servidores 1 (um) Bal. em Direito e 3 (três) Técnicos para a Secretaria da Vara Criminal e Anexos da Comarca de Matinhos.

Logo, verifica-se que o quadro funcional da Secretaria é formalmente adequado.

2. JUÍZO:

I. Concede-se, a partir do recebimento desta ata, o prazo de 60 (sessenta) dias para que a Secretaria cumpra as determinações, regularizando todas as imperfeições eventualmente apontadas.

II. Independente da adoção de outras medidas administrativas, o Magistrado deve acompanhar o trabalho da Serventia e revisar no sistema os cumprimentos antes de determinar a remessa dos autos à Corregedoria- Geral da Justiça.

III. A juntada de certidões e demais documentos, os quais possam conter esclarecimentos, requerimentos ou justificativas devem ser efetuadas nos próprios autos da correição em movimentação autônoma, dispensando-se a comunicação via Mensageiro, SEI ou Carta CGJ.

3. CORREGEDORIA- GERAL DA JUSTIÇA:

I. À Supervisão Administrativa, para as anotações necessárias e verificação dos prazos concedidos nesta ata.

Curitiba 28 junho 2024

Desembargador Hamilton Mussi Corrêa Corregedor-Geral da Justiça, Corregedor-Geral da Justiça

